

Educação, Gênero e Envelhecimento: um olhar interseccional da mulher velha em um Programa de EJA

Education, Gender and Ageing: an intersectional look at older women in an EJA Program

Kelly Maria Gomes Menezes¹ e Eliane Dayse Pontes Furtado¹



O processo de envelhecimento da população é uma realidade mundial e brasileira, e que possui um contundente componente de gênero, haja vista o fenômeno de feminização da velhice. Embora a população velha, especialmente as mulheres, esteja vivendo mais, seu crescimento não é acompanhado de políticas públicas que garantam os seus direitos. Dentre esses, a educação emerge como um desafio no que tange ao seu direcionamento a mulheres na fase da velhice. Assim, o objetivo geral do estudo consistiu em analisar os significados que as mulheres velhas – participantes de um Programa de EJA em Fortaleza/CE – atribuem à educação, para compreender se essa experiência influencia em suas vidas, na perspectiva de gênero. Para tanto, lançou-se mão da pesquisa qualitativa, com auxílio das pesquisas de tipo bibliográfica, documental e de campo, além das seguintes técnicas para obtenção das informações: observação direta e entrevista não-estruturada baseada no método História Oral Temática. Como campo da pesquisa, selecionou-se um Programa de EJA em uma Escola Municipal de Fortaleza, com a participação de 5 (cinco) mulheres velhas alunas da EJA, cujas narrativas foram interpretadas à luz da Hermenêutica-Dialética. As percepções, sobre o retorno ou acesso pela primeira vez aos estudos, foram reunidas em 3 (três) categorias empíricas: lazer/ sociabilidade, cidadania/ pertença, liberdade/ autonomia. Dessa forma, os significados foram os mais variados possíveis, mas todos concorreram para a necessidade de ampliação de espaços educacionais para as mulheres, onde possam reconhecer suas demandas singulares no decorrer de todas as fases de suas vidas.

Velhice. Gênero. Educação. Educação de Jovens e Adultos (as).

The aging process of the population is a world and Brazilian reality, and has a strong gender component, given the phenomenon of feminization of old age. Although the older population, especially women, are living longer, their growth is not accompanied by public policies that guarantee their rights. Among these, education emerges as a challenge regarding its targeting of women in the old age. Thus, the general objective of the study was to analyze the meanings that the old women - participants of an EJA Program in Fortaleza/CE - attribute to education, to understand if this experience influences in their lives, from a gender perspective. For this purpose, qualitative research was used, with the aid of bibliographic, documentary and field research, as well as the following techniques for obtaining information: direct observation and unstructured interview based on the Oral History Thematic method. As a field of research, an EJA Program was selected at a Municipal School in Fortaleza, with the participation of 5 (five) old female students from the EJA, whose narratives were interpreted in the light of Hermeneutics-Dialectic. The perceptions, about the return or first access to the studies, were gathered in three (3) empirical categories: leisure / sociability, citizenship / belonging, freedom / autonomy. In this way, the meanings were as varied as possible, but all contributed to the need to expand educational spaces for women, where they can recognize their unique demands throughout all phases of their lives.

Old Age. Genre. Education. Youth and Adult Education.

Introdução

O envelhecimento da população constitui-se hoje como um fenômeno mundial, uma vez que os números revelam o seu

crescente aumento em relação às demais faixas etárias. O contingente da população mais velha nunca foi tão grande em todo o mundo e no decorrer de toda a história. De acordo com

dados estatísticos de 2012 do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), estima-se que, a cada segundo, 2 (duas) pessoas completam 60 anos no mundo, o que significa um total de quase 58 milhões de aniversários de 60 anos por ano. Outro dado relevante apontado pelo referido Fundo é que 1 (uma) em cada 9 (nove) pessoas no mundo tem 60 anos de idade ou mais, e avalia que, em 2050, esse número pode ser aumentado para 1 (uma) em cada 5 (cinco) pessoas.

Conforme dados de projeção populacional divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (2022), é possível constatar o acelerado incremento populacional do grupo etário a partir de 60 anos de idade para os próximos 20 anos. No Brasil, temos que em 2023, o percentual de pessoas idosas em relação à população geral é de 15,57%, em 2033 será de 20,02% e em 2043 de 25,06%, ou seja, um quarto das pessoas terá pelo menos 60 anos de idade. O estado do Ceará acompanha a tendência nacional, conforme os dados de projeção publicados pelo IBGE, em 2023 a população idosa representa 14% da população geral, em 2033 representará 18,16% e em 2043 23,17%. Além disso, a pirâmide etária relativa ao ano de 2021 já apresenta o estreitamento da base e o alargamento do meio e do topo, indicando que o envelhecimento populacional já é uma realidade nacional. (IBGE, 2022).

No entanto, conforme dados do Observatório de Indicadores Sociais (2023), no Ceará, de 1º de janeiro de 2021 até 26 de junho de 2023, somam-se 9.394 violações contra a pessoa idosa. A negligência ocupa o primeiro lugar (37%), seguida da violência patrimonial (22,4%) e da violência psicológica (21, 5%). A população ente 80 e 84 anos aparece como a que mais sofre violência (20%), seguida da faixa etária de 70 a 74 anos (17%) e depois de 75 a 79 anos (15,2%). A plataforma aponta que 71,25% das vítimas são do gênero feminino, 33,11% do gênero masculino e 1,6% não informou. Em relação à raça, a população idosa autodeclarada negra (pretos e pardos) soma 51,16% das violações, a população idosa autodeclara branca aparece com 33,11% e somente 0,15% das violações estão registradas para a população idosa indígena. Acompanhando os dados nacionais, no Ceará, a maior incidência de violação contra a pessoa idosa ocorre para as mulheres negras.

O capítulo V do Estatuto da Pessoa Idosa é especialmente dedicado aos direitos fundamentais do (a) velho (a), incluindo a educação, a cultura, o esporte e o lazer. Em relação à educação, é dever do Poder Público criar oportunidades de acesso a cursos especiais que abranjam também o domínio de novas tecnologias (BRASIL, 2003).

Porém, segundo dados da pesquisa “Idosos no Brasil: Vivências, desafios e experiências na terceira idade”, em 2006 – de iniciativa da Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC) –, é justamente na educação em que se encontram os maiores contrastes entre as pessoas na fase da velhice e o restante da população, uma vez que quanto maior a idade, mais alto o número daqueles (as) que nunca foram à escola. Ao todo, 89% não passaram do ensino fundamental, 49% continuam analfabetos (as) funcionais, 18% nunca nem foram à escola. A pesquisa também denota a relação entre o nível de escolaridade e o de renda, já que é visível o salto qualitativo entre aqueles (as) que ganham mais de 10 salários mínimos: 46% frequentaram o ensino superior, 21% concluíram o ensino médio e 15% fizeram, inclusive, cursos de pós-graduação. Os (as) que nunca

foram à escola e os (as) que tinham apenas o curso primário completo ou incompleto são os (as) de renda mais baixa. (NERI, 2007).

Dessa forma, o objetivo geral da presente pesquisa consistiu em: analisar os significados que as mulheres velhas – participantes de um Programa de EJA em Fortaleza - CE – atribuem à educação, para compreender se essa experiência influencia em suas vidas, na perspectiva de gênero.

Materiais e Métodos

Para alcançar os objetivos pretendidos, lançou-se mão da pesquisa de natureza qualitativa, cuja escolha deveu-se a uma postura científica voltada à compreensão de processos subjetivos, através dos discursos dos (as) atores (atrizes) sociais. O viés qualitativo da pesquisa vem ao encontro da “hermenêutica da profundidade”, defendida por Thompson (1995), dentro da qual comporta três momentos de análise: “Análise Formal ou Discursiva”, “Análise Sócio-histórica” e “Interpretação/Reinterpretação”.

Além da pesquisa bibliográfica, foi utilizada a pesquisa de campo foi outro tipo de investigação empreendido na busca por experiência das próprias interlocutoras participantes da pesquisa, suas concepções e visões acerca da educação. O campo desta pesquisa foi uma Escola da rede municipal de Fortaleza que possui a modalidade presencial da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a qual será apresentada de forma mais específica e detalhada ainda neste capítulo. Para a obtenção das informações, foi necessário o uso de técnicas e instrumentos que contemplassem a complexidade do tema e do perfil das interlocutoras. As definições desse arsenal metodológico serão descritas no tópico que se inicia.

O método adotado neste trabalho, cujo tema perpassa as questões de Educação, Velhice e Gênero, sobre a educação para mulheres velhas em um Programa de EJA em Fortaleza, foi a História Oral. Neste tipo de metodologia, devem prevalecer as observações, visões de mundo e pontos de vista dos (as) participantes, ou seja, o foco está voltado para a história de vida dos (as) envolvidos (as) a partir de seus próprios relatos. Para a obtenção das informações, as técnicas utilizadas foram: observação direta e não-participante, entrevista não-diretiva baseada no método História Oral Temática (ALBERTI, 1990).

Dessa maneira, segue uma breve apresentação das 5 (cinco) mulheres que participaram desta pesquisa (sua ordem está organizada seguindo o critério da idade, em ordem crescente e os nomes apresentados são fictícios a fim de preservar as suas identidades): 1) Ana, 60 anos, cursando a primeira etapa do Ensino Fundamental, participante da EJA há cerca de 8 (oito) meses; 2) Maria, 61 anos, cursando a segunda etapa do Ensino Fundamental, participante da EJA há 4 (quatro) meses; 3) Fátima, 64 anos, cursando a primeira etapa do Ensino Fundamental, participante da EJA há cerca de 1 (um) ano e meio; 4) Dora, 64 anos, cursando a primeira etapa do Ensino Fundamental, participante da EJA há cerca de 1 (um) ano; 5) Glória, 71 anos, cursando a primeira etapa do Ensino Fundamental, participante da EJA há cerca de 4 (quatro) meses.

Sobre os aspectos éticos, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as participantes tiveram acesso às informações básicas da pesquisa (título provisório, objetivo geral e objetivos específicos e período de realização). Ademais, ficaram cientes da finalidade das entrevistas e

concordaram em ter toda a conversa gravada com uso de aparelho celular. Após essa etapa, as falas foram transcritas, organizadas e analisadas. Informei às mulheres participantes que seus nomes seriam preservados, daí a necessidade de elas trocarem os seus verdadeiros nomes por pseudônimos.

Resultados e Discussão

O envelhecimento, dada a sua complexidade, é também uma questão de Gênero, tanto devido ao aumento quantitativo de mulheres nessa fase da vida em relação aos homens, como porque as mulheres velhas experienciam situações ainda mais complexas pela sua condição de Gênero. Assim, o fenômeno de feminização – ou feminilização – da velhice é um processo contínuo que tem se estendido por todo o País:

“A classe, o gênero e a raça são influências importantes na experiência do envelhecimento. Por exemplo, o envelhecimento é um fenômeno relacionado ao gênero. As mulheres tendem a viver mais do que os homens, fazendo com que os mais velhos sejam na maioria “mulheres”. Os anos posteriores são muito influenciados por experiências anteriores na vida por causa das responsabilidades domésticas e maternas, as mulheres em geral participam menos que os homens do trabalho remunerado. Elas também recebem pagamentos mais baixos” (GIDDENS, 2005, p. 147).

Gradativamente, como a mortalidade dos homens é maior que a das mulheres, o número de mulheres tem superado o de homens, constatando-se, dessa maneira, através de censos e dados estatísticos, que a velhice tem, paulatinamente, se feminilizado. O fato é que a população velha já se configura como predominantemente feminina: a proporção de homens tende a diminuir com o aumento da idade. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), no Documento intitulado “Uma análise das condições de vida da população brasileira”, publicado em 2016 pelo IBGE, são 34 mil mulheres acima dos 60 anos, contra 28 mil homens na mesma idade, o que significa 22% a mais de mulheres, ou ainda, 10 (dez) mulheres para 8 (oito) homens.

As mulheres são mais oneradas física, psicológica e socialmente porque cabe a elas o jugo de cuidar do(a) cônjuge, dos(as) pais e mães, de outros(as) parentes velhos(as) e até de filhos(as) e netos(as), funções estas consideradas de menor poder social. No entanto, nenhuma sociedade sobreviveria sem essas funções e, contraditoriamente, não são reconhecidas como trabalho inscrito na lógica de produção de lucro do sistema capitalista: “Neste sentido é importante concordar com Moragas e reconhecer o pouco valor social e, paradoxalmente, a importância social que tem certas funções laborativas femininas, como cuidar de parentes doentes e inválidos, educar netos (as) em função da ausência dos pais” (PAIVA, 2005, p. 20).

A queda das taxas de fecundidade, aliadas ao aumento da escolaridade e à inserção das mulheres no mercado de trabalho propiciaram mudanças nos arranjos familiares. Uma das alterações mais significativas observada foi em relação ao aumento da proporção de mulheres como “pessoa de referência da família” que, em 2005 era de 30,6%, passando a 40,5% em 2015. Nas famílias formadas por casal com filhos(as), a mulher como pessoa de referência passou do percentual de 6,8% para 22,5%, de 2005 para 2015. E, finalmente, entre aqueles casais sem filhos(as), a mulher como

pessoa de referência na família cresceu de 8,4% para 22,0%, no mesmo período. Há, portanto, uma tendência de crescimento na indicação da mulher com a condição de pessoa de referência familiar, sobretudo nos arranjos formados por casais (SIS, 2016).

Em termos sociológicos, o fenômeno de feminização da velhice toca a questão das transformações das normas etárias e de gênero que ditam os padrões de comportamentos pré-estabelecidos às mulheres velhas, as relações intergeracionais e os intercâmbios de apoio material, instrumental e afetivo entre gerações, pois “a ausência de relações intergeracionais causa o abandono de crianças, a desorientação de jovens e a internação ou desvalorização social de velhos” (PAIVA, 2006, p. 82).

Então, para além do prisma quantitativo de análise, mesmo que a velhice não seja considerada universalmente feminina, Lloyd-Sherlock (2002) teoriza que ela possui um forte componente de Gênero, pois as mulheres velhas são mais propensas a ficarem viúvas e/ ou a sofrerem com situações econômicas bem menos vantajosas que os homens. A grande maioria sequer teve acesso à educação ou mesmo a algum tipo de trabalho remunerado na vida.

As características das mudanças variam de acordo com o pertencimento das mulheres a diferentes classes sociais. Entretanto, independentemente dessas diferenciações sociais, existe hoje uma flexibilidade muito maior que no passado em relação a assuntos tais como “a época de constituir família, ter filhos e número de filhos, as relações dos jovens com os pais e com os parentes mais velhos, as relações dos avós com os netos, a indumentária, o lazer, a educação, o trabalho, o comportamento sexual e a liberdade da mulher de decidir de si” (NERI, 2008, p. 48). A libertação do dever da mulher em procriar, cuidar dos filhos(as) e da casa, e até da sujeição ao marido é considerada, por muitos(as) autores(as) estudiosos(as) do tema, como um ganho da “nova velhice” feminina, com mais autoafirmação, autovalorização, atividade e participação social para além do domínio privado do lar e das relações sociais com a família.

Porém, a constatação de que as mulheres são mais longevas, mas possuem pior qualidade de vida do que os homens, não só por conta dos riscos biológicos associados ao sexo, mas também em função das variáveis sociológicas, traz à baila repercussões importantes nas demandas por políticas públicas específicas. A esse respeito, Faleiros (2007, p. 55) afirma que “a associação entre idade e incapacidade tem efeitos altamente prejudiciais para as mulheres, que terão mais risco de sofrer abandono e maus-tratos, principalmente em ambientes de pobreza, baixa escolaridade e violência.”

Segundo Butler (2003), é imprescindível partir das performances dos(as) atores(atrizes) sociais, superando a oposição binária e simplista masculino-feminino. A suplantação do pensamento dicotômico sobre os gêneros é considerada pela autora como uma condição indispensável à compreensão da categoria. A desconstrução dessa falsa polarização conduz o(a) pesquisador(a) a uma problematização muito mais complexa e aproximada do real, uma vez que transcende a rígida ideia de naturalização dos papéis, admitindo que o polo masculino possui componentes do feminino e vice-versa.

Em relação aos significados da educação para as participantes da pesquisa, em que elas relatam suas novas possibilidades, a velhice é redefinida, passando a ser vista

como continuidade, e onde o ser mulher não inviabiliza mais seus objetivos de vida. O enfrentamento dos desafios encontrados por elas lhes obriga a tecer novas estratégias de se posicionarem no mundo e defenderem os próprios direitos.

As mulheres participantes da pesquisa relatam que a garantia do direito à educação impõe muitas variáveis, as quais inviabilizaram a sua inserção na educação formal anteriormente. Por conseguinte, destaco a narrativa da Fátima (64 anos) que traz diversos elementos importantes para essa discussão:

“Só deu certo eu ir pro EJA depois que o finado [nome do marido] se foi [porque] não dava tempo não, minha filha... o [nome do marido] foi um homem bom demais pra mim, eu não tenho do que dizer dele, mas eu não parava dentro de casa, tinha que lavar e passar a roupa dele do trabalho, fazer almoço e janta... e os menino [filhos (as)] eram tudo pequeno, eu não tinha mãe pra deixar eles com ela porque minha mãe morreu muito cedo de um derrame [...] Tudo era eu!” (sic) [Entrevista realizada em maio de 2017]”

Esse relato vai ao encontro da pesquisa de Debert (1999), a qual assinala que, para a nova velhice, a viuvez é ressignificada, incorporando sentimentos de autonomia e independência, configurando-se como um momento de liberdade para as mulheres. A morte dos cônjuges livram-nas do mando a que foram submetidas durante toda a sua juventude e vida adulta, devido às relações de gênero prevalentes. Essa libertação de certos controles societários “que [...] a tolheram durante toda a juventude [...] vem, surpreendentemente, entusiasmando as mulheres idosas, a ponto de, por vezes, obscurecer-lhes a percepção de toda uma gama de preconceitos sociais ainda vigentes em relação aos velhos e às mulheres” (BRITTO DA MOTTA, 2009, p. 211).

Partindo do pressuposto que um dos compromissos da educação é com relação à autonomia dos sujeitos envolvidos, a LDB (1996) ratifica em seu artigo 35 que “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.” Já a concepção de liberdade entendida neste trabalho, ancora-se na perspectiva freireana que pressupõe um movimento coletivo frente às opressões:

“A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (1987, p. 34).”

A quebra da opressão vivenciada pelas interlocutoras da pesquisa, tendo, majoritariamente, um polo masculino como agente principal de autoridade e proibição, acarreta o sentimento de liberdade e autonomia durante a velhice. Com a ausência dessa figura para determinar as suas vidas – seja o pai ou o cônjuge –, as mulheres podem, por elas mesmas, ditar os limites e as possibilidades de atribuírem sentido às suas existências (LOURO, 1997).

As trajetórias sociais de gênero são, pois, essenciais para determinar os sentimentos de bem-estar, liberdade e autorrealização durante a fase da velhice. Muitas das

construções mentais, sociais e culturais dos(as) velhos(as) foram forjadas a partir de suas experiências com o mundo, as quais datam de um outro tempo social e cujas representações e atitudes tecem subjetividades e identidades particulares.

Alicerçada no fomento a essa ponderação, a escola pode, paulatinamente, adotar novos padrões de conduta com vistas ao empoderamento de sujeitos que não se enquadram nos padrões normativos impostos, apontando para o descerramento das desigualdades nas relações escolares e para a relativização dos comportamentos tradicionalmente considerados femininos e masculinos. Desse modo, paradoxalmente, “a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução” (LAURETIS, 1994, p. 209).

Nessa perspectiva de empoderamento, todas as interlocutoras revelaram em suas falas, posicionamentos que indicam uma mudança de atitude após a sua inserção no ensino formal: “Voltar os estudos foi uma coisa boa demais pra mim. [...] pensei que não aprendesse mais nada, mas tô gostando, é bom você conhecer as coisas da vida pelos livros também, né?! (sic) (Maria, 61 anos):

“[...] Eu me arrependo é de não ter ido antes pra escola, mas também eu não podia, né?! Fui criar meus filhos, depois teve o falecimento do meu menino mais velho [fala com muita tristeza desse episódio em que o filho morreu atropelado], tinha casa, marido pra cuidar... não dava pra ir não. Mas eu hoje tô satisfeita, agora que os meninos tão encaminhados na vida [...] eu só tenho esse neto pra me preocupar, ajudo até no dever [de casa passado pela escola] dele [...] agora é a minha vez de ir pra escola! (sic) (Fátima, 64 anos)”

“[...] Eu hoje quero ler uma bíblia, eu leio; quero ler uma revista, uma coisa, eu vou lá e leio. Antigamente, eu pedia a um e a outro que lesse as coisas pra mim! Isso não é coisa de gente, minha filha! Minha mãe era uma mulher analfabeta porque só assinava o nome dela, mas sempre disse pra nós [ela e os irmãos] que desse valor ao estudo. [...] demorei foi muito pra voltar [a estudar], mas agora deu certo e não vou parar! (sic) (Glória, 71 anos) [Entrevistas realizadas em maio de 2017]”

Sobre o relato de D. Fátima, a professora Alda Britto da Motta explica que é como se os velhos, principalmente as velhas, realizassem-se através do sucesso de seus (suas) filhos (as) e netos (as): “Na modernidade ocidental, ser velha é, sobretudo, ter perdido uma importante e não-falada condição social de reprodutora, é colher um pouco dos frutos desta nos filhos – uma compensação afetiva, um apoio ou uma carga, a depender do caso” (1999, p. 211).

Por isso a condição de gênero é essencial para a compreensão da velhice e dos processos de envelhecimento, uma vez que não aponta somente para o avanço quantitativo de mulheres em relação ao de homens – conforme apresentado através de dados estatísticos em capítulo anterior –, mas também e, sobremaneira, porque a história, o cotidiano e a trajetória de vida dos dois sexos desenvolveram-se de forma tão dessemelhante que marcam, diferencialmente, “certas situações e sentimentos específicos que velhos e velhas vivem hoje” (BRITTO DA MOTTA, 2005).

Assim, paradoxalmente, a gradativa libertação de certos mecanismos de controle e das imposições sociais de comportamento, converge para o desvelamento de novas formas de ser e se portar no mundo. A consolidação das

experiências justifica a libertação de determinadas obrigações, bem como incita a procura por atividades nunca ou pouco experienciadas, como a educação formal. As mulheres encontram na velhice um outro tempo social, que se revela favorável a mudanças de conduta no concernente à liberdade de gênero, embora ainda encontrem adversidades nas questões relacionadas à idade e à condição social.

O comportamento da mulher velha passa a ser controlado pela sociedade que, com base na negação da diferença, determina que lugar ela deve e não deve ocupar e que atividades deve ou não deve participar. A partir da construção de noções mais amplas sobre seus direitos sociais, as mulheres podem ocupar outro lugar de poder, rumo a uma sociedade mais equânime em suas relações de gênero e de idade.

Além do desestímulo fomentado por familiares e amigos (as), as interlocutoras relatam que voltar a estudar é um ato que exige coragem: “[...] tem uma hora que a gente não tem mais nem graça de estudar porque já passou da idade mesmo! Eu vou lhe dizer uma coisa: tem que ter muita força de vontade, coragem, pra enfrentar uma sala de aula depois de véi!” (sic) (Dora, 64 anos); “O problema é que depois de um tempo, você não tem mais coragem de estudar... e fica se perguntando pra quê ir se não vai mais trabalhar, nem fazer uma faculdade [...] eu acho que eu não via serventia de ir!” (sic) (Maria, 61 anos) [Entrevistas realizadas em maio de 2017]

A educação humanizadora tem compromisso com a transformação da própria vida dos sujeitos, em que a coragem é condição necessária para a ruptura com os preconceitos, entendidos aqui especialmente aqueles advindos das questões geracionais e de gênero. É através da visão crítica da realidade social e da problematização do acesso aos direitos sociais que as mulheres velhas podem desenvolver a autonomia, (re)aprendendo a ser livres para (re)construir suas histórias e, consequentemente, a sociedade (LOURO, 1997).

A concepção libertadora da educação precisa ser vivenciada na “família, na escola, nas universidades, nos ambientes de trabalho e de lazer, nos grupos de convivência, nas associações, incluindo a transversalidade do envelhecimento como princípio”. (SILVEIRA, 2009, p. 26) A escola configura-se como um dos espaços privilegiados de autonomia e independência para o(a) velho(a), mesmo com a imposição de dificuldades que obstaculizam seu acesso, como o fator da idade apontado por 2 (duas) das participantes da pesquisa: “Idoso nenhum devia ter vergonha de estudar [porque] é sempre hora pra aprender alguma coisa na vida! [...] e todo mundo pode aprender e ensinar!” (sic) (Ana, 60 anos); “[...] e tem idade pra ler, pra escrever, pra aprender alguma coisa que preste nessa vida, minha filha?!” (sic) (Glória, 71 anos). [Entrevistas realizadas em maio de 2017]

Assim, mesmo com as adversidades impostas, a (re)inserção das interlocutoras na escola possui uma relação intrínseca com o desenvolvimento de sua autonomia na medida em que adotam uma postura emancipatória, que vai de encontro à ocupação exclusiva do ambiente doméstico, à invisibilidade feminina nos espaços públicos e à subalternidade em relação ao homem.

Os padrões engessados por essa ideologia de gênero só poderão ser transformados a partir do deslocamento cultural que distingue as atividades por sexo/ gênero. Atualmente, a construção de diversas velhices femininas contribui para o desnudamento de novos projetos de vida que, na contramão das imposições normativas, concorrem para uma maior

autonomia por parte das mulheres velhas, além do gozo de sua “relativa liberdade recém-adquirida” (BRITTO DA MOTTA, 1997).

A independência feminina é determinante para potencializar a superação dessas barreiras, pois contribui com a ruptura do silenciamento histórico atribuído às mulheres. Assim sendo, a autonomia, enaltecida por intermédio da educação, oportuniza à mulher velha um (re) encontro com os seus desejos mais íntimos, fazendo com que ela passe a participar mais ativamente dos processos decisórios de seu interesse e na condução dos caminhos de sua cidadania e dignidade.

Conforme teoriza Arendt (2000), a ação, a palavra e a liberdade não estão prontas e acabadas, muito menos podem ser acessadas sem a sua construção, por parte dos sujeitos em pleno exercício de sua autonomia, na esfera pública. Para a estruturação desses elementos, a educação, entendida como uma dimensão potencializadora da criação, do prazer e da solidariedade em comunidade, possui papel essencial.

Portanto, os significados encontrados foram os mais variados possíveis, mas todos concorrem para o aspecto positivo, salientando a importância de ampliação de espaços educacionais para as mulheres que reconheçam suas demandas singulares no decorrer de todas as fases de suas vidas. É fato que, a despeito dos avanços evidenciados nas narrativas das mulheres velhas participantes desta pesquisa, ainda hoje, desigualdades entre homens e mulheres podem ser assistidas a olho nu. O fomento à reflexão sobre as questões de gênero atreladas ao desenvolvimento do lazer, da cidadania, e da autonomia femininos, é condição para o empoderamento das mulheres. A educação para a vida supõe que as mulheres velhas superem a visão de inferioridade, submissão e dependência que foram/são panos de fundo de suas existências.

Considerações Finais

O cenário da educação para as mulheres hoje, apresenta uma nova configuração, cujos desdobramentos se dão no nível mais elevado de escolarização por parte do público feminino, tanto em termos históricos quanto se comparados às taxas de escolarização dos homens. No entanto, mesmo dedicando maior tempo de vida aos estudos, as estatísticas evidenciam que as mulheres, ocupando os mesmos cargos e funções que os homens no mercado de trabalho, seguem ganhando menos que eles. Ao interseccionar esses números com aqueles relativos aos aspectos de idade e classe social, as mulheres na fase da velhice enfrentam um perverso processo de múltiplas exclusões, os quais se revelam das mais diferentes formas, conforme evidenciado na pesquisa de campo.

Para as mulheres participantes da EJA na Escola estudada, são inúmeros os desafios de retorno ou início aos/ dos estudos, dentre eles destaco: a ausência de políticas públicas de educação desenvolvidas nas décadas de 1950 e 1960 para a zona rural, da qual a maioria advém; a apropriação desigual do saber ocasionada pela diferença de classes, onde as pessoas – principalmente homens – de classes mais abastadas podiam estudar, enquanto aquelas pertencentes à classe trabalhadora, cujas famílias enfrentavam uma diversidade de vulnerabilidades sociais, não tinham o direito à educação garantido; a desigualdade entre os sexos, marca profunda na história da educação brasileira, que permitia o acesso de homens, mas não o de mulheres, ao ensino formal; o

casamento e a maternidade precocemente impostos às mulheres do século passado – que também se configuram como um desafio que marca as desigualdades de gênero –, fazendo com que os estudos não fossem uma prioridade para elas.

É válido ressaltar que, além dessas dificuldades de inserção, as mulheres velhas participantes da pesquisa relataram as dificuldades de permanência na escola, onde muitos (as), inclusive maridos, filhos (as) e netos (as) desestimulam-nas quando da continuação de seus estudos. O preconceito aqui se revelou em um duplo aspecto: por ser mulher, à qual cabe apenas a tarefa de cuidar e servir, onde a escola pode ser uma ameaça para essas funções, haja vista o tempo empregado para tal atividade; e por ser velha, fase em que se pressupõe que não há mais nada a aprender, nem a ensinar, e que esse retorno ou acesso inaugural aos estudos não pode trazer mais nenhuma vantagem a quem já se encontra no final da vida e não utilizará nada do que aprendeu na lógica produtivista do capital e do mercado de trabalho em tempos neoliberais.

Em contrapartida, essas mulheres, diariamente, encontram estratégias de resistência, de contrapoder, ao permanecerem indo para a escola. Ao estabelecerem mecanismos de pontos de resistência, essas mulheres conseguem subverter padrões, colocando em competição, com o padrão de vida hegemônico dominante, modelos alternativos nos arranjos sociais e políticos e, portanto, contra hegemônicos. Com isso, as mulheres velhas que, segundo uma visão estereotipada, deveriam estar como as avós publicizadas pela mídia: em uma cadeira de balanço, fazendo tricô/ crochê e quitutes para a família, podem – também – ocupar espaços públicos, como o da escola, que até então, muitas delas, nunca haviam acessado.

Suas reações emergem como dispositivos transgressores e se constituem como uma espécie de militância, embora muitas vezes solitária, em prol da efetivação de direitos de grupos marginalizados durante a história da humanidade. Logo, seu acesso à educação não se resume à acumulação de conhecimentos, mas transcende seu objetivo conteudista à possibilidade cidadã e democrática de contrapor valores e pôr em xeque ideias pré-concebidas.

Referências

ALBERTI, V. Manual de história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARENDT, H. A condição humana (10a ed.). Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BEUREN, I. M., & RAUPP, F. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática (3. ed.). São Paulo: Atlas, 2008.

BRITTO DA MOTTA, A. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. Cadernos Pagu (13): pp.191-221, 1999.

_____. Pesquisa e relações em Campo – Subjetividades de Gênero e de Geração. In:

BRASIL. Estatuto Nacional da Pessoa Idosa. Brasília, DF, 2003.

BRITTO DA MOTTA, A., AZEVEDO, E. L. & GOMES, M. (Orgs.). Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher. P. 11-25, 2005.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEARÁ. Governo do estado. Observatório de Indicadores Sociais. Violência contra a pessoa idosa. 2023. Disponível em: <https://dados.oisol.sps.ce.gov.br/public/dashboard/eeba5715-5be1-40a2-b107-f82eeac54efc?tem%25C3%25A1tica=Viol%C3%Aancia%20Contra%20Pessoa%20Idosa> Acesso em 26 de jun. de 2023.

DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

FALEIROS, V. P. Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. In: NERI, A. L. (Org.). Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edição SESC, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, A. Sociologia do corpo: saúde, doença e envelhecimento. In: _____. Sociologia. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005. P. 128 – 149.

GIL, J. O corpo paradoxal. In: GADELHA, S. (Org.). Nietzsche e Deleuze – que pode o corpo. Ed. Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Características gerais dos moradores 2020-2021, RJ: IBGE, 2022.

IBGE. Caminhos para uma melhor idade. In: Revista Retratos. Rio de Janeiro. fev. 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6b_c87ad8768073f974c0a1102b.pdf Acesso em: 27 nov. 2020.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H. (Org.) Tendências e impasses. O feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LLOYD-SHERLOCK, P. Ageing, development and social protection: a research agenda. Madri: UNRISD Meeting on Ageing, Development and Social Protection, 2002.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista (6a ed.). Petrópolis/ RJ: Vozes, 1997.

_____. Mulheres nas salas de aulas. In: Del Priore, M. (Org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

MINAYO, M. C. de S. (Org.), DESLANDES, S. F., CRUZ NETO, O. & GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade (21a ed.). Petrópolis, 1996.

NERI, A. L. Envelhecer num país de jovens. Campinas: UNICAMP, 1991.

_____. Feminização da velhice. In: _____. (Org.). Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC/SP, 2008.

PAIVA, V. M. B. A função do trabalho na idade avançada: tecendo uma compreensão sócio-psicológica. In: PAIVA, V. M. B. et al. O idoso e a construção do envelhecimento saudável. Fortaleza: Banco do Nordeste, pp. 15 – 23, 2005.

_____. Relações intergeracionais. In: PAIVA, V. M. B. et al. O idoso e a construção do envelhecimento saudável. Fortaleza: Banco do Nordeste, pp. 73 – 82, 2006.

SILVEIRA, N. D. R. A pessoa idosa: educação e cidadania. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social/ Fundação Padre Anchieta, 2009.

SOIHET, R. Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1995.

VERAS, R. País jovem de cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará & UnATI/UERJ, 1994.

Apêndice

Reimpressões e permissões

Informações sobre reimpressões e permissões estão disponíveis no site da RBCEH.

Informações da revisão por pares

A RBCEH agradece ao(s) revisor(es) anônimo(s) por sua contribuição na revisão por pares deste trabalho. Relatórios de revisores por pares estão disponíveis no site da RBCEH.

Resumo do relatório

Mais informações sobre o desenho da pesquisa estão disponíveis no site da RBCEH, vinculado a este artigo.

Conflitos de interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesses.

Correspondência

A correspondência e os pedidos de materiais devem ser endereçados a kellymariagm@gmail.com.

Vínculo institucional, titulação e área de atuação

Autores¹

Universidade Estadual do Ceará